

RTE
2671
Portugal
B01

JORNAL DE NOTÍCIAS Porto
NOVA ALIANÇA Abrantes
NOTÍCIAS de FAMILICÃO Famalicão

24 MAR 1979

0311/79

Desenvolv. Regional

Veiga Simão e a futura adesão à CEE

A UNIVERSIDADE TEM DE APOIAR DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES

O prof. Veiga Simão esteve em Coimbra, como membro rotário, proferindo uma conferência no Clube da Lusa-Atenas, onde abordou alguns problemas, mormente os que se referem ao nosso atraso em todos os domínios, detendo-se com particular incidência no sector do ensino.

A intervenção do professor catedrático e ex-ministro da Educação foi antecedida de algumas intervenções de companheiros rotários, nomeadamente Cândido Carvalho, presidente do grupo de Coimbra, António Nogueira, do congénere de Tomar, e do dr. Francisco Faria, encarregado do protocolo.

Naturalmente polémica e pertinente, a conferência começaria pela revelação, humilhante, mas conhecida, que Portugal apenas figura nos indicadores europeus pelo alto grau de alcoolismo e pelo nível inflacionário, pelo que, disse se impõe uma reflexão profunda perante os grandes problemas que nos atigem. E diria depois:

«Portugal encontra-se candidato à CEE. Mas, se em Abril de 1974 adquiriu um bem legítimo — liberdade — falta-lhe adquirir cada vez mais o bem da responsabilidade. A Espanha, a Grécia, a Jugoslávia e até os países socialistas do Leste Europeu, como a Roménia e a Checoslováquia, apresentam indicadores muito mais positivos que o nosso para a integração na Comunidade Económica Europeia. Portugal, é, neste momento, um país sem capacidade de diálogo, já que em vez de termos de telefonar para o Terreiro do Paço (e seria bom que o poder estivesse em Coimbra e em Bragança), teremos de ligar para Bona, para Londres ou Washington para sabermos quais as soluções adoptadas para o nosso desenvolvimento.

* Desenvolver indústrias jovens

Depois de perguntar «que Portugal oferecemos nós?», o prof. Veiga Simão acentuaria o alto nível de desemprego (12,7), para depois se deter nos níveis de crescimento, em que como consequência se verificava o êxodo do interior

para as cidades e um affluxo de emigração, e, paralelamente, o decréscimo da actividade agrícola e uma menos equitativa distribuição do rendimento nacional. Em 1973 — disse — cinquenta por cento dos chefes de família recebiam 14 por cento do rendimento nacional e cinco por cento auferiam quarenta por cento desse mesmo rendimento, o que dá uma ideia de um desequilíbrio notório no desenvolvimento, com prejuízo para as classes rurais e habitantes do interior. E prosseguiria:

«A partir de Setembro de 1975, o quadro económico modifica-se, não em obediência a qualquer filosofia política, mas através de uma anarquização, de uma sociolização sem metodologia. E, assim, além da nacionalização das indústrias básicas, o país foi vítima de uma recessão mundial, mormente nos países da EFTA e da CEE, pelo que de 1973, em que a balança de pagamentos apresentava um saldo de 330 milhões de dólares se passou para um défice de 1,5 biliões de dólares. O Produto Nacional Bruto começa a descer e o desemprego, que era de 2,8 em 1970, atinge 12,7 em 1976. É este o Portugal que temos».

Depois de acentuar que, se não forem tomadas as medidas convenientes, se agravará, a data da entrada na CEE, a chamada divisão internacional do trabalho, aumentando-se as disparidades actualmente existentes em relação aos outros membros da comunidade. Sugerindo que mister se torna desenvolver indústrias jovens, o conferente, afirmaria que «no contexto actual da adesão à CEE os problemas dizem respeito não só à actual crise, mas também a outros que são necessários resolver ligados a problemas de estabilização, de emprego e de harmonização dos diversos sectores. Países como o nosso devem reorganizar as indústrias tradicionais e dinamizar através de modernas tecnologias as novas formas industriais».

Reportando-se essencialmente às indústrias da celulose, do papel de jornal, das pirites, do aproveitamento das jazidas de volfrâmio, de ferro e a utilização das reservas de urânio,

salientaria a importância da indústria química, tomando como polo de desenvolvimento o Complexo de Sines, sem esquecer a construção de máquinas e aparelhos nos sectores da indústria pesada e eléctrica, a electrónica, a mecânica e a óptica.

Acentuando que a dúvida residirá na resposta à interrogação: «O que somos capazes de fazer?», o prof. Veiga Simão acentuaria:

«Vamos ser um país de comerciantes, de intermediários, limitando-nos a importar a tecnologia dos outros e a depender totalmente deles ou seremos capazes de desenvolver a inteligência nacional? Quando nos detemos na leitura dos indicadores concluímos que nos domínios da investigação e do desenvolvimento, Portugal despende em 1977 0,27 por cento do seu Produto Nacional Bruto, o que significa um decréscimo em relação aos anos anteriores e se não queremos entrar em paralelo com os grandes países não poderemos deixar de salientar que a maioria dos países europeus andam à volta de dois por cento, o que dá uma ideia do nosso atraso na dinâmica inventiva. Existem em Portugal, em relação a dez mil habitantes apenas, 3,4 investigadores, o que, por exemplo, em comparação com a Bulgária, que o presidente visita actualmente, apresenta 13 por cento de uma imagem do «fosso» que nos separa».

Diria ainda que a Universidade portuguesa despende anualmente 225 mil contos por ano em investigação, enquanto o Laboratório de Engenharia Civil, o de Tecnologia e Engenharia Industrial gastam 900 mil contos/ano, enquanto os institutos privados não vão além de 60 mil contos/ano e as empresas públicas e privadas consomem 280 mil contos anuais.

* Universidade de Coimbra

O conferente deter-se-ia, depois, no problema da Universidade de Coimbra. Considerando-se um filho de Coimbra, o prof. Veiga Simão traçaria o perfil histórico, para depois dizer:

«A Universidade de Coimbra ignora os que trabalham nos campos e nas fábricas, pois faltam-lhe estudos sobre o desenvolvimento regional reflectidos e profundos, sobre as potencialidades e recursos naturais, sobre tudo quanto deve fazer ao serviço da terra e das gentes que lhe dão a vida. E até os professores oriundos dessas regiões as esquecem

com enorme facilidade, o mesmo acontecendo aos jovens que alardeiam vanguardismo, que estão contra os que detêm a autoridade, mas que saindo da Universidade esquecem o meio de onde provêm. Em torrentes de palavras seramos os primeiros nos indicadores europeus, mas não se pode esquecer que a Universidade tem uma obrigação perante o povo que a sustenta, perante os homens que a tornaram possível.»

E logo a seguir:

«A Universidade de Coimbra, através das suas escolas de economia, das escolas de tecnologia, através da dinamização de uma escola de agricultura, dos institutos de Comércio e Engenharia, tem, neste momento, um grande desafio da sua época, que, ao aceitá-lo, a transformará numa universidade da história. E enquanto outros centros de cultura se dinamizam na Universidade de Coimbra, ainda dominam as querelas internas».

Falando na falta de aproveitamento das potencialidades e da falta de apoio da universidade nesse desenvolvimento, diria que «seria bom que viessemos a Coimbra, não com o espírito de uma visita a Coimbra, mas desejosos de ver o seu progresso através do esforço conjunto do músculo com o intelecto».

Depois de sugerir o aproveitamento da nossa inteligência para a adaptação às tecnologias importadas, para que a nossa integração na Comunidade Europeia sirva os interesses do povo, não nos limitando a oferecer ao estrangeiro o sol, as praias, a mão-de-obra, finalizou:

«Mais do que nunca, se exige dos portugueses uma consciência nacional para que se resolvam os problemas através da competência, adaptando as tecnologias estrangeiras e não nos limitando a carregar no botão ou chamar técnicos estrangeiros. Vamos ser, de facto, cidadãos europeus, mas portugueses conscientes, numa Europa de pátrias, onde Portugal terá de ser país e não colónia.»